

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO**  
**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**

**PROCESSO: TCE/RJ nº 225.341-3/20**  
**ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA –**  
**MESQUITAPREVI**  
**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO –**  
**EXERCÍCIO – 2019**

**DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3**

Art. 131-A do Regimento Interno – TCE-RJ  
(Introduzido pela Deliberação TCE-RJ nº 272, de 16.05.2017)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO.**  
**NOTIFICAÇÃO. COMUNICAÇÃO.**

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREVI, relativas ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues.

Em análise preliminar, datada de 18/09/2021, a 1ª Coordenadoria de Auditoria de Contas – 1ª CAC verificou a ausência de elementos imprescindíveis à análise conclusiva do feito, tendo sido expedido o Ofício Saneador PRS/SSE/CGC 31904/2021, à Sra. Catia da Silva Ferraz, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência do Servidor Público de Mesquita, nos termos do art. 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que o jurisdicionado apresentasse a documentação solicitada.

Em sua análise datada de 10/06/2022, o Corpo Instrutivo, representado pela Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-Gestão, diante da ausência de elementos imprescindíveis à análise conclusiva do feito, manifesta-se:

(...)

### **1 – DA EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO SANEADOR**

*Com base no disposto na Deliberação TCE-RJ n.º 311, de 06/05/2020 e na Portaria SGE n.º 04, de 09/06/2020 foi expedido o Ofício Saneador abaixo:*

<b>PRS/SSE/CGC</b>	<b>DESTINATÁRIO</b>	<b>DATA RECEBIMENTO</b>	<b>RESPOSTA</b>
31904/2021	Sra. Catia da Silva Ferraz	29/09/2021	Doc. TCE-RJ n.º 38.449-0/21 (transformado no Proc n.º 244.232-5/21)

### **2 – DO ATENDIMENTO**

*Preliminarmente, em atendimento à expedição do Ofício Saneador supracitado, a Sra. Catia da Silva Ferraz, Presidente do MESQUITAPREV, solicitou prorrogação de prazo (Processo TCE/RJ n.º 244.232-5/21). Todavia, o pleito fora indeferido em face da impossibilidade de dilação do prazo, nos termos da Deliberação TCE-RJ n.º 311/20 (Informação da CPR de 03/01/2022, fls. 223). Saliente-se que, até o momento, não houve atendimento ao solicitado.*

### **3 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

*Em face do exposto e a informação de 18/09/2021 (fls. 172/217), sugere-se:*

*I – **NOTIFICAÇÃO** à Sra. Catia da Silva Ferraz, então Presidente do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV, com base no § 2º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, para que apresente razões de defesa pelo não atendimento ao Ofício Saneador PRS/SSE/CGC 31904/2021.*

*II – **COMUNICAÇÃO**, com base no § 1º, artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, ao atual Gestor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV, para que encaminhe os documentos e preste os esclarecimentos abaixo discriminados, alertando-o para o disposto*

no inciso IV, artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90 c/c o artigo 6º da Deliberação TCE/RJ nº 195/96.

### **DOCUMENTOS**

1) *Cadastros dos Responsáveis, com período de gestão de cada responsável, conforme Modelo 1 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, dos responsáveis elencados abaixo, de acordo com §§ 1º, 2º, e 4º, artigo 10 desta Deliberação TCE nº 277/17:*

- Responsável pelo encaminhamento das Contas, Sr. Leandro Machado Ferreira;
- Responsável pelo Órgão de Controle Interno, Sr. Nicola Fabiano Palmieri.

2) *Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B desta Deliberação, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;*

3) *Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2019), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;*

4) *Cópia do ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica com difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores;*

### **ESCLARECIMENTOS**

1) *Quanto à conta contábil denominada “Perdas em Aplicações Financeiras”, compreendida pelo subgrupo contábil “Interferências Financeiras” do Balanço Financeiro, na importância de R\$ 3.949.557,28, na medida em que não vislumbramos amparo hábil da parte V do DCASP (itens 3.2, 3.3 e 3.4), abarcado pelo MCASP 8ª edição (válido a partir do exercício de 2019), para o uso da nomenclatura “Interferências Financeiras”, bem como será oportuno elucidar se o expressivo valor registrado na conta contábil “Perdas em Aplicações Financeiras” representa efetivo desembolso financeiro;*

2) Quanto ao saldo divergente, no valor de R\$ 78.843,59, entre as disponibilidades do exercício anterior demonstrado neste Balanço Financeiro, na soma de R\$ 125.674.627,65, e o saldo final da prestação de contas do exercício anterior (Proc. TCE nº 242.747-9/19), na importância de R\$ 125.753.471,24;

3) Quanto ao Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras apresentar divergência expressiva em relação ao saldo disponível para o exercício seguinte do Balanço Financeiro, tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo (temporários) mantidos em instituições financeiras, no valor agregado de R\$ 126.063.013,47;

4) Quanto ao total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, divergir significativamente do demonstrado nos registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo (temporários), no valor agregado de R\$ 126.063.013,47;

5) Quanto aos débitos, originados no exercício, em valores expressivos, constantes no Quadro I do Modelo 2, não se encontrarem satisfatoriamente justificados nos autos sobre os reais motivos das transferências, a saber:

Conta bancária CEF nº 5-6		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercício Referência		
Data do evento: 06/06/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$8.891.001,05
Data do evento: 06/08/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$3.380.299,95
Data do evento: 12/12/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$2.076.051,11

Conta bancária CEF nº 17-0		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercício Referência		
Data do evento: 07/06/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$3.091.013,67
Data do evento: 05/09/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$812.509,31

6) Quanto à ausência de informação nos autos a respeito da regularização do débito, originado em exercícios anteriores, ou justificativa quanto a não regularização do mesmo, a saber:

Conta bancária CEF nº 5-6		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercícios Anteriores		
Data do evento: 05/12/2018	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$6.356.375,14

7) Quanto à baixa (por pagamento) da rubrica Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro apresentar divergência, na importância de R\$ 293,44, com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário;

8) Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as retenções previdenciárias ao RGPS não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, haja vista que o valor baixado junto ao INSS, no valor de R\$ 3.680,35, representa o baixo percentual de 18,95% do montante registrado no exercício anterior adicionado ao quantitativo inscrito no período;

9) Quanto ao saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante divergir, no valor de R\$ 1.343.796,22, do saldo registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;

10) Quanto ao Balanço Patrimonial apresentar o comportamento atípico das contas contábeis nºs: 2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES e 2.3.7.1.1.03.00.00.00 – AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES, uma vez que as aludidas contas evidenciam que o saldo escriturado na coluna do exercício anterior é idêntico ao valor registrado na coluna exercício atual, ou seja, não ocorreu qualquer modificação durante 2 (dois) exercícios consecutivos, conforme o demonstrado abaixo:

Contas do grupo contábil Patrimônio Líquido	Exercício Atual (2019)	Exercício Anterior (2018)
2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$27.643.951,06	R\$27.643.951,06
2.3.7.1.1.03.00.00.00 – AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$78.154,17	R\$78.154,17

11) Quanto ao Resultado do Exercício evidenciado no Balanço Patrimonial divergir, no valor de R\$ 8.342.957,99, do informado na Demonstração das Variações Patrimoniais, haja vista que o acréscimo incorporado ao Patrimônio Líquido do RPPS alcançou a soma de R\$ 28.868.922,44, ou seja, um valor bem superior ao resultado patrimonial extraído da DVP, na importância de R\$ 20.525.964,45 conforme o demonstrado a seguir:

(A) Patrimônio Líquido do Exercício Anterior	R\$ 100.191.897,17
(B) Patrimônio Líquido do Exercício Atual	R\$ 129.060.819,61
(C) Incremento (B-A)	R\$ 28.868.922,44
(D) Resultado Patrimonial extraído da DVP	R\$ 20.525.964,45
(E) Diferença (C-D)	R\$8.342.957,99

12) Quanto ao valor apurado como Patrimônio Líquido divergir, na importância de R\$ 8.264.803,82, do PL demonstrado no Balanço Patrimonial, a saber:

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	27.999.661,41
Variações Patrimoniais Diminutivas	7.473.696,98
Resultado Patrimonial do Período (A)	20.525.964,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	100.191.897,17
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	120.796.015,79
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	120.796.015,79
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	129.060.819,61
Diferença (F) = (D) - (E)	-8.264.803,82

13) Quanto ao Saldo Patrimonial apurado não estar condizente, no valor de R\$ 1.139.031,54, com aquele registrado no Balanço Patrimonial, a saber:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	129.060.819,61
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	750.786,88
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	128.310.032,73
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	127.171.001,19
Diferença (E) = (C) - (D)	1.139.031,54

14) Quanto à composição e os esclarecimentos acerca dos valores registrados na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores", no valor de R\$78.154,17;

15) Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

**PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS NA  
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL**

1. A regularidade da execução orçamentaria da despesa;
2. A paridade do saldo do ativo em caixa e equivalentes de caixa, investimentos e aplicações com o controle apresentado pela Tesouraria;
3. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício;
4. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores;
5. A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário.

16) Quanto aos servidores das unidades gestoras municipais, elencadas na tabela abaixo, participarem como contribuintes do RPPS, conforme dados extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 218.903-6/20, pois as sobreditas unidades gestoras não integraram o Modelo 8, a saber:

UNIDADES GESTORAS DE MESQUITA
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Apoio da Pessoa com Deficiência
Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Fundo Municipal do Meio Ambiente
Fundo Municipal de Transporte
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV

17) Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, conforme Modelo 36, não conferir com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, tendo em vista o precário modelo de evidenciação contábil, oferecido no Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo XVII da Lei Federal nº 4320/64 (fl.14) inviabilizou a possibilidade de aferir a existência da paridade em questão;

18) Quanto ao total das contribuições previdenciárias (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, conforme Modelo 38, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, tendo em vista que o Demonstrativo da Dívida Flutuante aponta que ao longo do exercício foram baixados na conta “INSS – Folha de Pagamento” a importância de R\$ 3.680,35, o que representa o percentual de 6,96% do valor repassado ao RGPS no exercício, conforme o registrado no Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

19) Quanto às providências visando o repasse das contribuições previdenciárias pendentes da parte patronal (Modelo 34), no total de R\$ 10.348.249,67;

20) Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), devidas e efetivamente arrecadadas, conforme Modelo 34, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, a saber:

**SERVIDORES**

	Valor (R\$)
1) Total da contribuição <b>devida</b> dos servidores (segurados) no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fls. 95.	6.980.189,16
2) Total das contribuições <b>repassadas</b> servidores segurados no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. 95.	6.980.189,16
<b>Quantitativo não repassado no período (1-2)</b>	<b>0,00</b>

3) Valor registrado no Anexo 10 da Lei nº 4320/64 do MESQUITAPREV (fl.04/05)	8.742.188,24
<b>DIFERENÇA (3-2)</b>	<b>1.761.999,08</b>

**PATRONAL**

	Valor (R\$)
1) Total da contribuição <b>devida</b> da parte Patronal no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fls. 95.	10.454.555,22
2) Total das contribuições <b>repassadas</b> da parte Patronal no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. 95.	106.305,55
<b>Quantitativo não repassado no período (1-2)</b>	<b>10.348.249,67</b>
3) Valor registrado no Anexo 10 da Lei nº 4320/64 do MESQUITAPREV (fl.04/05)	0,00
<b>DIFERENÇA (3-2)</b>	<b>-106.305,55</b>

21) Quanto aos recursos das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), retidas e não repassadas, não terem sido devidamente registradas nos demonstrativos contábeis, tendo em vista que os aludidos recursos não estão suficientemente evidenciados ou devidamente escriturados nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, conforme o demonstrado no Balanço Patrimonial analítico (fls.124/129);

22) Quanto à ausência de Leis que autorizem acordos para os parcelamentos dos débitos vigentes, originados das contribuições previdenciárias em atraso, tendo em vista que não há qualquer informação a respeito das leis autorizativas nos termos de parcelamentos aceitos nºs. 00215/2011 e 00468/2015;

23) Quanto ao RPPS municipal não se encontrar em situação regular nos critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos critérios, a saber:

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	<b>IRREGULAR</b>
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	<b>IRREGULAR</b>
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	<b>IRREGULAR</b>
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	<b>IRREGULAR</b>
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	<b>IRREGULAR</b>
Encaminhamento da legislação à SPS	<b>IRREGULAR</b>
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	<b>IRREGULAR</b>

24) Quanto às medidas adotadas pelo MESQUITAPREV com vistas à indispensável regularização da emissão periódica do Certificado de



*Regularidade Previdenciária – CRP, perante a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, tendo em vista que a validade do último CRP do Município de Mesquita expirou em 24/01/2016;*

*25) Quanto ao não cumprimento da taxa de administração fixada para cobertura das despesas administrativas, conforme artigo 15 da Portaria 402/08, tendo em vista que o MESQUITAPREV realizou despesas administrativas que ultrapassaram o limite fixado pela legislação do RPPS (art.92 da Lei nº 1.118/19, fl.101), segundo o reportado abaixo:*

<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl.57)	68.198.041,36
(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art.92 (fl.101)	1%
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)	681.980,41
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	1.006.159,75
(E) Excedente de Gastos no Exercício (E= D - C)	<b>324.179,34</b>

*26) Quanto à ausência de adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para os benefícios concedidos a partir de 06/05/1999, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores;*

*27) Quanto ao parecer do Conselho Fiscal se pronunciar pela reprovação das Contas do exercício, indicando as seguintes impropriedades e irregularidades:*

Considerando pagamentos efetuados sem prévio empenho e ciência desse conselho Sem registros contábeis e com um processo não encontrado, (até a presente data) Como foi o caso do processo de compensação financeira da Drª Marlí Soares Braga – “processo originado pelo ofício nº 091/2019/SEMAD-RH. Em 19/03/19 Demonstrado em planilha em anexo.

Considerando que foram saídas de valores expressivos e sem haver nenhum tipo de compensação, visto que a prefeitura estava devendo esses valores. Desde o ano de 2017.

Considerando a contratação de uma empresa (Estrutural Asset Assessoria Técnica Contábil em Administração Pública S/S LTDA) para a execução de serviços contábeis, contratação esta que não foi aprovada por este conselho e mesmo assim, Sr Murilo firmou contrato com essa empresa. Vale ressaltar que essa empresa foi contratada por um valor exorbitante, desperdício de dinheiro público e sem interesse público nesta contratação.

Considerando ter havido inconsistências contábeis encontradas pelo Conselho Fiscal e sinalizadas pela responsável do setor contábil deste Instituto de Previdência, Srª Renata Reis. Declarado no relatório Mod 4 /Fl. 74 do processo de Prestação de Contas, enviado ao TCE.

Considerando a ausência de Avaliação Atuarial, previsto na Lei Federal nº 9.717/98, que deve ser efetuada em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período.

Considerando que este conselho não teve acesso aos relatórios contábeis/administrativos mensais solicitados no exercício de 2019 para acompanhar e fiscalizar em tempo real a gestão do Diretor Presidente, Sr Murilo Sanches Rodrigues.

Considerando após análises do Conselho Fiscal e no relatório

Diante dos fatos mencionados acima, o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita-Mesquitaprev, **REPROVA** as Contas do Sr Murilo Sanches Rodrigues ref. ao exercício de 2019.

**III – COMUNICAÇÃO**, com fulcro no § 1º, artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA – MESQUITAPREV, no exercício de 2019, cientificando-o da decisão a ser prolatada pelo Egrégio Plenário neste processo, alertando-o que a ausência de documentos imprescindíveis à análise do processo pode comprometer o julgamento das presentes contas.

O Ministério Público Especial junto a este Tribunal de Contas, representado pela Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf, manifesta-se em igual sentido.

### **É o Relatório.**

Inicialmente, registro que atuo nestes autos em virtude de convocação promovida pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, em Sessão Plenária de 17/04/2018.

À vista do exposto, e, após detido exame dos autos, verifico que a matéria foi bem analisada, motivo pelo qual, adotando como razões de decidir aquelas

constantes da Instrução, posiciono-me **DE ACORDO** com as proposições do Corpo Instrutivo, e com a manifestação do douto Ministério Público Especial, e

**DECIDO:**

I – Pela **NOTIFICAÇÃO** da Sra. Catia da Silva Ferraz, então Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPAREV, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal em vigor, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta decisão, apresente **razões de defesa** pelo não atendimento do ofício Saneador PRS/SSE/CGC 31904/2021, alertando-a para a sanção prevista no inciso IV no artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90;

II – Pela **COMUNICAÇÃO**, ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal em vigor, para que encaminhe os documentos e preste os esclarecimentos discriminados no Relatório deste Voto, alertando-o para as sanções previstas no artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no caso de não atendimento;

III – Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2019, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal em vigor, cientificando-o desta decisão neste processo, alertando-o que a ausência de documentos imprescindíveis à análise do processo pode comprometer o julgamento das presentes contas.

GCS-3,

**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**  
**Conselheiro Substituto**